

EIXO 2: O PROGRAMA DUPLA ESCOLA: UMA POLÍTICA DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA PARA O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NO GOVERNO SÉRGIO CABRAL.

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco as políticas para educação profissional de nível médio implantadas na Rede Pública do Estado do Rio de Janeiro, tendo em vista a aprovação do Decreto nº 5.154 de 2004, sancionado no Governo do Presidente Lula da Silva. O foco, em especial, dirige-se para análise de um programa governamental. Para realizar o estudo, efetuamos pesquisa documental e entrevistas com os principais gestores da educação pública estadual. Buscamos reconstruir a gênese do Programa Dupla Escola que tem como uma das formas de organização firmar parcerias público privadas para instalação de cursos de ensino médio integrado à formação profissional na rede pública estadual do Rio de Janeiro.

Em 2002, com a posse do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, ganha espaço a expectativa dos intelectuais da área da educação que lutavam por reformas na educação profissional. Tal expectativa se dá principalmente, pela perspectiva, como prometido pelo então candidato Lula, de que o Decreto nº. 2.208/97, sancionado pelo governo anterior para organização da modalidade, fosse revogado. Neste contexto, reacendem as discussões em torno dos princípios de uma educação politécnica, tendo em vista a superação da segregação entre o trabalho intelectual e o manual.

Assim, em 2004, o governo federal sanciona o Decreto nº. 5.154/2004 que reorganiza a educação profissional brasileira, possibilitando a retomada de cursos de ensino médio integrados à educação profissional. A concepção de Ensino Médio Integrado torna-se prioridade para o Ministério da Educação (MEC) que passa a fomentar a adoção desta proposta como uma importante política pública. Para tanto, o MEC formula, em 2007, um documento norteador intitulado “Educação Profissional e Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio” (MEC/SEMECT 2007), contendo

diretrizes para os estados brasileiros elaborem suas diretrizes para o ensino médio. A ideia era disseminar este modelo para todo território nacional, com apoio do MEC.

Vários estados do Brasil mostraram interesse em implantar a proposta, dentre eles o estado do Rio de Janeiro. Para tanto, em 2006 a rede Estadual do Rio de Janeiro contratou um consultor, que auxiliou na elaboração das propostas para o ensino médio integrado. Inicialmente 4 (quatro) escolas aderiram e implantaram cursos de ensino médio integrado. As dificuldades no que tange à organização curricular e a inexistência de estrutura adequada, acabaram ocasionando o fechamento de um curso.

Ainda em 2007, a SEEDUC/RJ iniciou o processo de discussão de parcerias com empresas para implantação de cursos técnicos. Até então, é importante destacar, os colégios estaduais de ensino médio integrado, eram financiados somente com recursos públicos.

A primeira parceria se concretiza com o Instituto Oi, que participa da criação de uma nova escola, o Colégio Estadual José Leite Lopes (NAVE) que oferece cursos de programação de jogos digitais. A parceria se concretiza mediante apoio financeiro e pedagógico concretizado em um currículo específico. A partir da consolidação desta iniciativa, outras propostas são implantadas. Destaca-se a inauguração do Colégio Estadual Comendador Valentim dos Santos Diniz (NATA), em parceria com o Grupo Pão de açúcar, que oferece cursos de preparação de laticínios de e a implantação, agora com a empresa Thyssenkrupp CSA, de um curso de administração com foco em desenvolvimento sustentável, no Colégio Estadual Erich Walter Heine.

O Programa Dupla Escola foi lançado oficialmente em 2012, no governo Sérgio Cabral, sem qualquer documento ou legislação que o regulamentasse, passando a incluir as escolas com parceria público privada. Nestas, a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) disponibiliza a infraestrutura e os professores do currículo da base nacional de ensino médio e, a empresa parceira, contribui com os técnicos, que atuam como professores, e com a infraestrutura dos laboratórios.

Observamos que a implantação destas parcerias marca a afirmação de um modelo de educação voltado para atendimento as demandas do mercado, com a clara gerência por parte de empresas na escola pública. Assinala-se o caráter híbrido, contraditório e a ressignificação de uma política pautada na concepção de uma escola unitária, para atender aos interesses de determinados empresários e setores produtivos.

Concordamos com Machado e Velten (2013) quando afirmam que a política de parceria público-privada nas políticas públicas acabam por desobrigar o Estado do

cumprimento de suas responsabilidades educacionais. Além disso, aumenta-se a ingerência empresarial em currículos e práticas pedagógicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio*. Documento Base, Brasília, dezembro de 2007.

CUNHA, L. A. C. R. *Ensino Médio e Ensino Técnico: de volta ao passado?*. Educação e Filosofia, Uberlândia, v. 12, n.24, p. 65-89, 1998.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. *A política de educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico controvertido*. Educação e Sociedade, Brasil, v. 26, p. 1087-1113, 2005.

MACHADO, L. R. S. ; VELTEN, Janete . *Cooperação e colaboração federativas na educação profissional e tecnológica*. Educação & Sociedade (Impresso), v. 34, p. 1113-1133, 2013.